

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de São Paulo

Class.: _____

Data: 15 de Novembro de 1977

Pg.: _____

40

Denunciada miséria de Índios

ELIANA LUCENA
Enviada especial

Os índios nhambikwaras, que vivem no Vale do Guaporé, em Mato Grosso, e tiveram as suas terras invadidas por empresas agropecuárias, com o apoio da Funai, e do Ministério do Interior, estão vivendo como mendigos em suas pequenas malocas construídas no meio de pastos para bois. Essa situação, considerada um dos maiores escândalos apurados pela CPI que investiga o problema do índio, foi constatada, este fim de semana, pelos deputados Israel Dias Novaes e Aírton Soares, do MDB de São Paulo, que visitaram o Vale do Guaporé, o Parque Nacional do Xingu e o Parque Indígena do Araguaia.

Com exceção dos nhambikwaras, que ainda não conseguem se comunicar em Portu-

guês, os deputados ouviram as reivindicações dos índios, especialmente do Parque Nacional do Xingu, que se reuniram longamente com os integrantes da CPI. Os índios, principalmente os líderes do grupo Iaualapiti, queriam saber o que era uma CPI e de que forma ela poderia colaborar para melhorar a vida dos índios.

Dias Novaes explicou, de uma forma simples, o sentido do trabalho da comissão, afirmando que ela está empenhada em estudar, em particular, o problema das terras indígenas que estão sendo invadidas. Os índios xinguanos, que vivem na parte Sul do parque, atendidos pelo posto Leonardo, disseram aos parlamentares que as fazendas já estão invadindo o parque ao Norte e combateram a abertura da BR-080, que cortou o Xingu ao Norte. "Nós não gostamos das estradas — disseram — pois elas trazem doenças que matam os índios. Não queremos também fazendas aqui dentro e, se o governo não garantir a nossa terra, o próprio índio vai lutar por ela."

Os líderes indígenas disseram, ainda, que, aos poucos, os próprios índios irão assumir a direção dos postos dentro do Xingu e muitos jovens estão sendo preparados para isso. Desmentindo as acusações feitas na CPI, de que o Xingu, na verdade, é um museu onde os índios são mantidos em estado primitivo para o deleite de antropólogos e turistas, os líderes disseram que estão frequentando uma escola instalada no posto. Demonstraram ainda, pontos de vista bastante firmes em relação à defesa de seus costumes e tradições.

A situação do índio xinguanos, apesar da constante ameaça de invasores, não preocupou tanto os deputados quanto a verificada na visita aos nhambikwaras. Estes índios foram transferidos, a partir de 1970, de seu habitat tradicional para um reserva, onde não tinham condições de sobrevivência, para que as suas terras fossem ocupadas por importantes grupos econômicos. O

ex-ministro do interior, Costa Cavalcanti, chegou a ser convocado pela CPI para explicar a liberação de certidões que atestavam a inexistência de índios no Guaporé, mas ele garantiu que elas não foram liberadas com sua autorização. O ex-presidente da Funai, general Bandeira de Mello, que permitiu a transferência dos índios durante a sua gestão, também afirmou ser isento de culpa, pois as autorizações foram dadas por seu antecessor, Queiroz Campos. Este, por sua vez, admitiu que a Funai autorizou a instalação das 16 agropecuárias, baseando-se no livro de Gama Malcher, que não acusava a presença de índios na região.

Depois de ouvir esses depoimentos controvertidos, os deputados se defrontaram, sexta-feira, com um quadro considerado chocante por Dias Novaes. Os índios, depois de enfrentarem várias epidemias na nova reserva, retornaram ao Guaporé, a pé, percorrendo uma distância de 500 quilômetros e agora estão vivendo de favores das fazendas, como a Agropecuária Vale do Guaporé, visitada pelos parlamentares.

Os índios não têm reagido à presença dos brancos e convivem, pacificamente, no caso da fazenda visitada, com 18 mil cabeças de gado que deverão ser aumentadas, de acordo com o plano de expansão da agropecuária, para 80 mil.

TRABALHO ESCRAVO

Ainda no Guaporé, o deputado Aírton Soares recebeu informações de trabalhadores sobre a existência de mão-de-obra escrava na área. Os empregados de algumas fazendas chegam a ser submetidos a castigos corporais com chicotes de bambu, conhecidos como "cravinhos". O salário que recebem cobre apenas os gastos com alimentação fornecida pelas fazendas e muitos empregados têm empreendido fugas noturnas. Segundo os relatos, muitos deles escapam em pequenos grupos durante a noite e, quando são alcançados pelos peões das fazendas, ou são mortos ou então sofrem o castigo do "cravinho".

No Araguaia, o quadro de invasões verificado pelos deputados também é grave. Embora o estatuto proíba, há mais de 10

mil pessoas vivendo dentro dos limites do parque, inclusive vários arrendatários. O alcoolismo é o problema mais grave enfrentado pelos administradores do parque e ele é facilitado pela proximidade da aldeia de Santa Isabel do Morro com a cidade de São Félix. As brigas são frequentes, ocorrendo inclusive mortes ocasionais.

Os índios mais violentos são detidos numa prisão especial construída próxima à aldeia até passar o efeito do álcool, pois ameaçam a própria comunidade indígena.

COMISSÃO PERMANENTE

A viagem, segundo o deputado Dias Novaes, reforçou a idéia já lançada da criação de uma comissão permanente na Câmara para tratar do problema do índio. "A constatação, agora in loco feita por nós, de que as áreas indígenas estão sendo invadidas, exige a criação de uma comissão que acompanhe permanentemente estas questões. Uma CPI, como a nossa, não tem condições, em apenas 80 dias de trabalho, de apurar todas as denúncias."

Caso a idéia da comissão não seja aprovada, uma alternativa, segundo os deputados, seria a criação de uma subcomissão, mas ela seria extinta, no final do ano, eliminando o seu caráter permanente.

Os deputados pretendem, antes da apresentação do relatório final, visitar as áreas indígenas xavantes, em Mato Grosso, e uma reserva no Sul, provavelmente a de Nonoi. O relator da CPI, deputado Ubaldo Correa, que não participou da viagem, deverá entregar o seu relatório nos próximos dias. O visível comprometimento de Ubaldo Correa com a Funai, segundo a expectativa de alguns deputados opositores, poderá dar margem à elaboração de um documento não satisfatório. O líder do MDB, Freitas Nobre, no entanto, já garantiu que o MDB não subscreverá o relatório se ele não for imparcial.